

Dossier Educação

Uma refrescante ruptura com o “eduquês”

Os dois discursos do ministro Gibb que em seguida se reproduzem são a vários títulos notáveis. São discursos claros, cheios de bom senso, conhecedores da situação, serenos e seguros. São, como dizem os anglo-saxónicos, “no-nonsense speeches”.

Nick Gibb é atualmente “Minister of State for Schools”, o que entre nós se poderia traduzir como “Secretário de Estado da Educação”, mas com funções algo intermédias entre um nosso ministro e um nosso secretário de estado, dadas as responsabilidades autónomas que este cargo tem. Na realidade, Nick Gibb é, desde 2010, responsável pelo ensino primário e secundário no Reino Unido e é o político inglês que mais abertamente tem assumido uma posição fundamentadamente crítica dos lugares comuns educativos, daquilo que entre nós ficou conhecido como “eduquês”.

Os dois discursos do ministro Gibb que em seguida se reproduzem são a vários títulos notáveis. São discursos claros, cheios de bom senso, conhecedores da situação, serenos e seguros. São, como dizem os anglo-saxónicos, “no-nonsense speeches”.

É também notável que isto seja notável! Eu explico: surpreendentemente, pelo menos para quem não conheça a realidade política europeia, é raro assistir a um discurso político educativo fundamentado, conhecedor e com bom senso. Na maioria das vezes, os responsáveis políticos fazem eco de teorias educativas na moda, que lhes são vendidas



POR
Nuno Crato

Ministro da Educação 2011-2015,
Professor no Instituto Superior de Economia e Gestão

por assessores, conselheiros, peritos ou pseudo-peritos, teorias que não resistem ao menor escrutínio racional, muito menos ao escrutínio científico, mas que soam de forma agradável aos ouvidos dos ministros, que gostam eles próprios de parecer modernos e entendidos e de agradar tanto ao “establishment” educativo como às cúpulas sindicais — agradar àqueles que diretamente os cercam e que lhes podem simplificar ou dificultar a vida, afinal.

Essas teorias educativas — o “eduquês” — são suportadas por um pseudo-unanimismo bem pensante, assentam em palavras-chave agradáveis, tais como “inclusão”, “desenvolvimento do sentido crítico”, “responsabilidade cívica” ou “competências para o século XXI”, e são difundidas em muitos departamentos universitários e politécnicos de educação, sobretudo nos locais onde o politicamente correto impera, onde a ideologia dirige

tudo e onde a investigação dos factos, dos dados empíricos e o respeito pelo método científico rareiam.

Mas a grande força política do “eduquês” não está na intelectualidade, como entre nós se tornou claro nos últimos anos. A sua grande força reside nalgumas cúpulas sindicais, sobretudo nas mais afetas aos partidos comunistas ou a grupos marxianos radicais. O programa dessas cúpulas põe em primeiro lugar o seu programa político, o seu poder na arena política e o conforto dos seus membros e não os interesses do país, do ensino e dos alunos. Por isso, qualquer processo de avaliação é seu grande inimigo. A avaliação, revelando os resultados dos alunos, põe em causa a igualdade das escolas, mostrando que há escolas excelentes e escolas menos boas, e põe em causa a igualdade dos professores, mostrando que há professores excelentes e professores menos bons. Ou seja, a avaliação introduz um elemento de valoração externa que não coincide com os valores igualitaristas e mobilizadores dessas direções sindicais.

O certo é que, com a força dessas cúpulas, com o afrouxamento ideológico trazido pelo “eduquês” e com a pressão do politicamente correto difundido nos meios administrativos dirigentes, o mais comum é que os responsáveis políticos e os ministros, na sua maioria escandalosamente desconhecedores

dos fundamentos dos debates educativos, sejam reféns de um discurso vago, frouxo, ignorante e enganoso.

Não deveria ser assim, mas assim é, infelizmente. Por tudo isso, pelo contraste com a prédica educativa comum e com a generalizada ignorância educativa, os textos do ministro inglês são ainda mais notáveis.

No seu primeiro discurso, Nick Gibbs explica as principais reformas que os recentes governos britânicos levaram a cabo, focando-se na estrutura do sistema educativo: descentralização, autonomia, incentivos, avaliação, responsabilidade pelos resultados.

O seu ponto de vista coincide em grande parte com o nosso: os responsáveis políticos devem apontar para um currículo exigente e baseado no conhecimento, as escolas devem ter autonomia para se organizarem e escolherem as suas vias. Mas deve haver

uma avaliação externa de alunos, diretores e escolas que seja conhecida do público e dos pais, que têm de ter liberdade de escolha das escolas.

Ou seja, como muitas vezes dissemos: liberdade nos processos, avaliação dos resultados. Os interesses de certa administração, da intelectualidade “eduquesa” e das cúpulas sindicais, que tantas vezes se aliam para capturar o sistema educativo, defendem exatamente o contrário: controle dos processos e inexistência de avaliação.

No seu segundo discurso, Nick Gibbs concentra-se na crítica a algumas teorias educativas na moda, nomeadamente às noções desenvolvidas a partir da ideia de que a tecnologia e a modernidade mudaram completamente a maneira como se aprende. Com base numa crítica racional e fundada nas mais recentes conclusões da psicologia

educativa e dos estudos internacionais PISA, o ministro inglês mostra que o ensino direto é superior à pretensa aprendizagem pela descoberta, explica por que deve o currículo ser baseado no conhecimento e não em tópicos vagos, tais como as tão difundidas “competências”, e revela por que razão a prioridade à matemática e à leitura, depois à história, à geografia, às ciências, é decisiva para o avanço cognitivo dos estudantes.

Quando entre nós e noutros países europeus aparecem como novidades a aprendizagem por projetos, teoria velha de mais de um século, a pluridisciplinaridade sem disciplinaridade, desacreditada pela experiência, e o desprezo pela transmissão de conhecimentos e factos, refutado pela psicologia cognitiva moderna, ler os discursos do ministro inglês e as múltiplas referências científicas que cita será certamente refrescante. ■

Reformas na Educação no Reino Unido 2010-2015

Fórum Mundial da Educação no Dubai

As reformas adoptadas ao longo dos últimos sete anos elevaram drasticamente os padrões nas escolas em Inglaterra.

TRADUÇÃO **Leonor Barroso**

Foram concedidos mais poderes aos professores e aos directores para melhorarem as suas escolas; à maior autonomia profissional juntou-se a responsabilização inteligente; e elevaram-se os padrões para os alunos de todas as idades. Os frutos das nossas reformas já são visíveis – com uma melhoria impressionante na leitura das crianças de 6 anos e mais 1.8 milhões de estabelecimentos de ensino bons ou excepcionais. Mas o verda-



POR
Nick Gibb

Secretário de Estado
da Educação do
Reino Unido

deiro alcance do que se conseguiu entre 2010 e 2015 ainda não foi totalmente avaliado.

Em 2010, apesar das melhores intenções do governo anterior, que tinha vencido as eleições de forma esmagadora sob as palavras de ordem “Educação, educação, educação!”, o sistema de ensino encontrava-se num caos:

- O currículo nacional tinha sido privado do conhecimento, tendo os alunos sido deixados sem o conhecimento essencial de que necessitavam;

- As escolas estavam a direccionar os alunos para as chamadas “habilitações equivalentes” de modo a inflacionarem a posição da escola nas tabelas de *ranking*.